

DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. **Metaética: algumas tendências.** Organização de Darlei Dall’Agnol; tradução de Janine Sattler. Florianópolis: Editora UFSC, 2013, 317 páginas.

## RESENHA

BRUNO AISLÃ DOS SANTOS<sup>1</sup>  
(UFSC/Brasil)

PEDRO MERLUSSI<sup>2</sup>  
(DURHAM/ Inglaterra)

A metaética é uma área central da Ética, assim como a ética normativa e a ética prática. Como qualquer área da Filosofia que inclui o prefixo “meta” em seu nome, os estudiosos da metaética lidam com os problemas mais gerais pertencentes à Ética: são problemas metafísicos, epistemológicos, semânticos, etc., que fazem parte da grande área da Ética. Enquanto que a ética normativa discute, digamos, o problema de saber se uma ação boa é aquela que produz boas consequências, a metaética lida com o problema (muitíssimo mais geral) de saber se há uma análise bem-sucedida do conceito de bom. Enquanto que a ética prática estuda, digamos, o problema de saber se a afirmação “o aborto é moralmente permissível” é verdadeira, a metaética estuda o problema de saber se as afirmações morais têm valor de verdade. Assim, como observamos, a metaética lida com os problemas mais gerais da Ética. Não obstante central à Filosofia, a metaética ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento no Brasil e há pouquíssima bibliografia em língua portuguesa disponível nesse campo quando comparada à imensa bibliografia presente em países de língua inglesa. *Metaética. Algumas tendências*, organizado por Darlei Dall’Agnol e traduzido por Janyne Sattler, é um alento para estudiosos da área e aparece na hora certa para preencher parte da lacuna bibliográfica existente em nossa língua. Apesar de a tradução ser muito bem-vinda, o leitor deve estar preparado para textos especializados e pouco introdutórios.

O livro reúne uma série de artigos de três importantes filósofos que possuem trabalhos relevantes em metaética. Os artigos são de Peter Railton, Allan Gibbard e Stephen Darwall. O primeiro deles é um conhecido defensor do realismo moral, a tese de acordo com a qual as afirmações morais pretendem reportar a fatos e são verdadeiras

se elas o fazem corretamente. Gibbard, por sua vez, é um defensor do expressivismo de normas, a tese de que, *grosso modo*, “os estados mentais expressos por afirmações morais são atitudes de aceitação de diversas normas ou regras que governam a conduta e a emoção” (van Roojen 2013, §1.1). Já Stephen Darwall é defensor de uma espécie de internalismo. Como podemos observar, os três autores são centrais nas discussões dos mais importantes problemas da metaética. O livro é composto por sete capítulos e uma breve apresentação escrita pelo organizador.

O primeiro capítulo é a tradução de um artigo publicado na centésima primeira edição do famoso periódico *The Philosophical Review*, intitulado “Toward *fin de siècle* Ethics: some trends”, cujos autores são Darwall, Gibbard e Railton, e cujo título foi traduzido como “Tendências da Metaética”. O capítulo consiste em uma descrição acurada e informativa da história da metaética, escrita por três dos maiores especialistas da área. Ao contrário de quase todos os outros artigos reunidos no livro (à exceção do artigo “Razões, motivos e as exigências da moralidade”, de Darwall), este tem aquele caráter informativo que vemos em livros de introdução ao tema. Curiosamente, como afirmam os autores, o periódico para o qual escreveram o artigo tem aproximadamente a mesma idade que certa controvérsia iniciada por Moore, da qual falaremos em mais detalhes a seguir.

Moore iniciou uma controvérsia em filosofia moral ao afirmar que, ao menos até ele, a filosofia moral fora deturpada por uma falácia, a falácia de analisar o conceito de bom por meio de conceitos não-morais. Em outras palavras, Moore defendeu que o conceito de bom é simples e não-analisável; não sendo analisável, em particular, em termos não-morais. O célebre termo “falácia naturalista” foi cunhado pelo filósofo precisamente para rotular as perspectivas filosóficas que assumiam que o conceito de bom poderia ser analisável por meio de conceitos não-morais. Na perspectiva de Moore, a falácia naturalista estava presente, por exemplo, nos trabalhos de Jeremy Bentham, Herbert Spencer e T. H. Green. O argumento que o filósofo apresentou a favor de sua afirmação ficou conhecido na literatura como o argumento da questão em aberto<sup>3</sup>.

Antes de apresentar, *grosso modo*, o argumento da questão em aberto de Moore, precisamos considerar o que o filósofo entendia por uma análise bem-sucedida de um conceito. Uma condição necessária para uma análise ser bem-sucedida, de acordo com Moore, é a da sinonímia (as outras são a da verificabilidade e da extensionalidade): o critério da sinonímia é o de que qualquer expressão que represente o *analysandum* (o conceito a ser analisado) é sinônima de qualquer expressão que represente o *analysans*

(o conceito ao qual o *analysandum* é reduzido). Um exemplo de análise que satisfizesse esse critério seria a proposição expressa pela afirmação “algo é solteiro se, e somente se, é um homem não casado”, já que a expressão que representa o *analysandum*, a saber, “solteiro”, é sinônima da expressão que representa o *analysans*, a saber, “homem não casado”. Considere agora uma tentativa de análise que procura reduzir o conceito de bom a um conceito natural, tal como a proposição expressa por “algo é bom se, e somente se, algo é prazer”. Se essa fosse uma análise bem-sucedida, então a expressão “algo é bom” deveria ser sinônima da expressão “algo é prazer”. Ora, mas se esse é o caso, então a afirmação “prazer é bom” seria equivalente à afirmação “prazer é prazer”. No entanto, as afirmações não são equivalentes. Portanto, a análise não é bem-sucedida. E, como se pode observar (Hurka, 2010), o mesmo argumento poderia ser apresentado contra qualquer outra proposta naturalista.

Ora, esta foi apenas uma apresentação breve e introdutória do argumento da questão em aberto. Embora tenhamos salientado anteriormente que o artigo que compõe o primeiro capítulo é o mais introdutório de todos, apresentações introdutórias tal como esta não são oferecidas no artigo. Afinal, o público para o qual o artigo é direcionado é um público especializado. Vejamos um exemplo:

Há já cinquenta anos no entanto que sabemos que Moore não descobriu *falácia* alguma. Além disso a aplicação desastrosa do seu famoso “argumento da questão aberta”, feita em defesa de suas afirmações, apelava para um agora já defunto Platonismo intuicionista envolvia ainda certas suposições a respeito da transparência dos conceitos e da evidência da verdade analítica as quais levavam inescapavelmente ao “paradoxo da análise” (algo que, no final das contas, era visto por Moore ele mesmo<sup>4</sup> (sic)). (2013: 15)

Como podemos observar, os autores já assumem que o leitor está familiarizado com o argumento de Moore, além é claro dos problemas que ele levanta: por exemplo, o próprio Moore reconheceu que os desiderata para uma análise bem-sucedida que ele isolara levavam ao paradoxo da análise; filósofos como Gilbert Harman (veja a nota 3 do primeiro artigo deste livro) afirmaram que, ao menos tal como formulado, o argumento é inválido. Independentemente disso, a discussão neste capítulo é demasiado profícua para estudiosos mais ou menos familiarizados com o campo.

Além de apresentarem a discussão relacionada ao argumento da questão em aberto, os autores abordam o apogeu da metaética analítica até a primeira metade do século passado através das perspectivas antirrealistas e não-cognitivistas. Segundo os autores, já na segunda metade do século XX há uma grande expansão das discussões em metaética, o que levou ao surgimento de uma grande variedade de novas perspectivas. É precisamente esta pluralidade de novas perspectivas que marca, segundo os autores, a diferença crucial da metaética tal como feita hoje em dia para aquela feita no apogeu da metaética analítica.

Os outros seis artigos que compõem este livro são consideravelmente mais exigentes. Por exemplo, no capítulo intitulado “Realismo Moral”, Peter Railton argumenta a favor de uma tese metaética realista, cognitivista, naturalista e reducionista. O leitor interessado no campo, como afirmamos, deverá já estar familiarizado com as posições realista, naturalista, cognitivista, etc. A tese reducionista é a tese segundo a qual as propriedades morais são supervenientes às propriedades naturais e que, portanto, as primeiras podem ser reduzidas às segundas. O que Railton defende é um tipo de realismo moral naturalista reducionista, mas não “eliminacionista”. Ou seja, apesar das propriedades morais serem supervenientes às naturais, não poderíamos eliminar as primeiras em detrimento da segunda. Por quê? Porque as propriedades morais possuem força explicativa. Todavia, sempre que falamos de uma tese realista naturalista nos vem à mente a famosa acusação de Moore. A chamada *falácia naturalista* relegou ao naturalismo o esquecimento pelo menos até a primeira metade do século XX. A pergunta então é a de como os realistas como Railton lidam com a acusação de Moore de que há uma falácia ao se analisar o conceito de bom recorrendo a conceitos não morais.

Realistas defendem, *grosso modo*, que há fatos morais e que eles são independentes de alguma maneira das crenças que temos das proposições que procuram descrevê-los. Há pelo menos duas abordagens realistas acerca dos fatos morais. Os chamados realistas platônicos defendem a tese de que as propriedades morais, apesar de supervenientes às propriedades naturais, são totalmente distintas delas. Já os realistas naturalistas defendem que as propriedades morais são análogas ou podem ser reduzidas às propriedades naturais. Por exemplo, Moore parece ter defendido um tipo de realismo platônico, segundo o qual as propriedades morais são reais no mesmo sentido que as propriedades geométricas ou matemáticas são reais, ou seja, elas parecem ser puramente abstratas; e a fonte de nossa justificação para as proposições que procuram descrevê-las

seria o que os filósofos tradicionalmente chamam de “intuição”. Por outro lado, filósofos como Railton defendem uma tese naturalista reducionista. O realismo reducionista é a tese segundo a qual as propriedades morais podem ser reduzidas às propriedades naturais. Dessa forma, para defensores do realismo platônico, fatos morais são *sui generis*, enquanto que para defensores do realismo naturalista reducionista os fatos morais, grosso modo, podem ser explicados recorrendo aos fatos naturais.

Railton defende que as propriedades morais podem ser reduzidas às propriedades não morais, mas tais propriedades não são propriedades físicas no mesmo sentido que são as propriedades de massa ou velocidade, por exemplo. As propriedades não morais as quais são reduzidas as propriedades morais são constituídas de “interesses objetivos” de um agente epistêmico ideal ou de um “espectador imparcial”. Assim, o realismo de valor de Railton apela para um agente em uma situação epistêmica privilegiada com a finalidade de estabelecer um interesse subjetivo *objetivado* que indica o que é bom não-moralmente. Um agente *A+* em posição epistêmica favorável seria capaz de identificar o interesse subjetivo objetivado de um agente *A* que estivesse em uma situação epistêmica desfavorável. É importante notar que a análise de Railton só obtém sucesso se aceitarmos a superveniência.

Considere, em primeiro lugar, a noção dos *interesses subjetivos* de alguém – suas vontades e desejos, conscientes ou inconscientes. O interesse subjetivo pode ser visto como uma qualidade secundária semelhante ao gosto. Que eu tenha um interesse subjetivo em alguma coisa significa dizer que para mim ela possui uma *valência* positiva, ou seja, que em circunstâncias ordinárias ela suscita em mim uma atitude ou inclinação positiva (não necessariamente consciente). Da mesma forma, dizer que eu acho o açúcar doce significa dizer que em circunstâncias ordinárias o açúcar suscita em mim certa sensação gustativa. Enquanto qualidades secundárias, o interesse subjetivo e a doçura percebida são supervenientes às qualidades primárias do perceptor, do objeto (ou outro fenômeno) percebido e do contexto circundante: o perceptor é de tal modo constituído que esse tipo de objeto, nesse tipo de contexto, suscita esse tipo de sensação. (2013:117)

Então, segundo Railton, o bem não-moral de alguém seria aquilo que o indivíduo iria querer buscar para si mesmo caso fosse bem informado sobre o que está fazendo. Em outros termos, o bem não-moral é definido recorrendo aos interesses do agente considerado em uma posição epistêmica privilegiada. Parece ser possível, portanto, a análise do termo “bom” (pelo menos o não-moral) recorrendo a uma base

reduzitiva naturalista (ao contrário do que defendia Moore). Todavia, essa análise apenas mostra que é possível um tipo de realismo acerca da bondade não-moral, nada tendo a ver com a moral.

No terceiro capítulo, intitulado *Alienação, consequencialismo e as exigências da moralidade*, Railton não só defende seu realismo moral como também pretende defender um tipo particular de teoria normativa, qual seja, o consequencialismo. Ele também discute o fato que a vivência de acordo com as exigências morais podem nos levar à alienação. Ele está particularmente interessado em discutir que certas exigências morais colocadas por teses morais, particularmente as consequencialista, levam-nos a deixar de lado comprometermos pessoais, nossos sentimentos em relação às pessoas, etc., e que tal fato pode ser evidência decisiva contra o consequencialismo. Dessa forma, se o consequencialismo produz alienação, então ele parece se autoderrotar de partida. O artigo não oferece uma ampla discussão acerca do que seja alienação; ele oferece, na verdade, apenas uma ideia intuitiva. Todavia, isso não prejudica a discussão de como certas abordagens normativas podem nos levar à alienação. Railton tem o esmero de classificar sua posição consequencialista diferenciando-a das outras diversas formas de utilitarismo e consequencialismo. A posição que acaba por endossar é uma espécie de consequencialismo sofisticado.

No artigo “Escolhas sábias, sentimentos apropriados”, texto retirado e adaptado do célebre livro *Wise Choices, Apt Feelings: A Theory of Normative Judgment*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, & Oxford: Oxford University Press, 1990, p.3-102., Gibbard defende sua tese expressivista de normas. Como Gibbard salienta no prefácio de seu livro, o que o motivou inicialmente a se ocupar das questões discutidas ao longo do livro foi o problema de saber o que o termo “racional” significa. Mais do que isso, Gibbard notou que o termo “racional” (o qual ele acaba por defender que *pensar* que alguma coisa é racional é aceitar normas que a permitem) possui relações com todos os problemas de termos morais como “dever”, “bom” e “certo”. Ao longo deste capítulo, adaptado do livro de Gibbard, o leitor encontrará as partes cruciais discutidas pelo filósofo. Além disso, é possível perceber, com o passar dos anos, a aproximação de Gibbard com a tese quase-realista do filósofo Simon Blackburn. Isto é visível precisamente no capítulo seguinte, intitulado “Saber o que fazer, ver o que fazer”.

Por último, mas não menos importante, temos os dois últimos capítulos do livro, de autoria de Stephen Darwall. No capítulo seis, intitulado “Razões, motivos e as

exigências da moralidade: uma introdução”, Darwall apresenta intuitivamente o problema de saber se as exigências morais oferecem razões para agir, explicando o internalismo moral/de razões, tese de que “se S deve moralmente fazer A, então existe necessariamente uma razão para que S faça A, a qual consiste ou bem no fato de que S deve moralmente agir assim ou bem em considerações que fundamentam esse fato” (2013: 277). O filósofo apresenta também o externalismo moral/de razões, que consiste precisamente na negação do internalismo caracterizado acima. Já em “Respeito e a perspectiva de segunda pessoa”, como o título sugere, Darwall se foca na natureza do respeito pelas pessoas: por exemplo, “o que exatamente significa exigir o respeito enquanto pessoa e o que nos permite fazer essa exigência?” (2013: 292). O autor argumenta neste capítulo que o ponto principal para resolver essas questões seria “a apreensão do caráter irreduzível de segunda pessoa tanto da nossa dignidade quanto do tipo de respeito que constitui sua resposta mais apropriada” (2013: 292).

Em suma, a publicação da obra é mais do que bem-vinda, sobretudo – como dissemos – para preencher a lacuna bibliográfica existente em nossa língua. Os textos foram muito bem selecionados e há méritos inegáveis em sua publicação. Não poderíamos deixar de mencionar, contudo, algumas críticas à tradução. Por exemplo, a tradutora optou diversas vezes por colocar os termos em inglês em colchetes que se seguiam às palavras em português “deve”, “deveria”, “dever”, etc. Isto faz pouco sentido porque o leitor sabe inglês ou não. Se ele não sabe inglês, colocar o termo original em colchetes em nada ajuda. Se ele sabe inglês, não terá motivos para ler a tradução, sendo sempre melhor optar pelos textos originais. Além disso, há passagens em que a leitura não é nem um pouco fluida, notando-se anglicismo, como observamos em duas notas nesta resenha. Em todo o caso, essas críticas não diminuem a importância da publicação da obra. Trata-se de leitura mais do que recomendada para estudiosos e curiosos da área.

---

**Notas:**

<sup>1</sup> Doutorando e bolsista Capes no Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

<sup>2</sup> Doutorando em Filosofia pela Durham University, Durham, Inglaterra.

<sup>3</sup> Acreditamos que, contrariamente à escolha da tradutora, é preferível utilizar a expressão “questão em aberto”, ao invés de “questão aberta”, por ser usual, de modo que preferimos traduzir “open question argument” por “argumento da questão em aberto”.

<sup>4</sup> Novamente, não é nem um pouco usual dizer algo como “Moore ele mesmo”, o que é uma tradução literal de “Moore himself”, fazendo muito mais sentido dizer algo como “o próprio Moore”.



---

**Referências bibliográficas:**

HARMAN, G. *The Nature of Morality*. New York: Oxford University Press, 1977.

HURKA, T. Moore's Moral Philosophy. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2010. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/moore-moral/>

VAN ROOJEN, M. Moral cognitivism vs. Non-cognitivism. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2013. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/moral-cognitivism/>